

nhece seguidamente que cada um desses fatores — mesmo o último citado, o mais grave de todos — isolada ou conjuntamente são insuficientes para justificar a depressão, impõe-se supor existirem na sua raiz debilidades mais profundas, às quais faz uma alusão fugidia no epílogo, ao mencionar-se o "... caractere mêmê du régime mamlouk", sendo de se lamentar não ser o problema devidamente elucidado. Aliás, o referido epílogo apresenta a peculiaridade de não se restringir à síntese do que de mais importante se examinou no correr do trabalho, incluindo também comparação entre os mecanismos de funcionamento das economias ocidental e oriental, sendo oposto o caráter estático desta ao dinamismo da primeira. O volume se encerra com uma seleção de peças justificativas, ilustrativas de transações comerciais cujos valores monetários são conhecidos.

Em resumo, uma contribuição significativa para um melhor conhecimento dos problemas econômicos da região e período considerados.

VICTOR DEODATO DA SILVA

* *
* -

MENDES JR (Antônio), RONCARI (Luiz) e MARANHÃO (Ricardo). — *Brasil História. Texto e Contexto. 1. Colônia.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1976, 300 p.

Aparece mais uma obra de síntese de História do Brasil, escrita por três jovens historiadores, planejada em quatro volumes. Como toda iniciativa do gênero, pretende ter originalidade, que consiste no abandono da perspectiva tradicional o que domina ainda a produção da totalidade da historiografia nativa, no arrolamento de governos e fatos considerados importantes: adota em seu lugar a busca do que é essencial e com o destaque da participação do povo, personagem ausente naquelas obras, nas quais é objeto de simples referência, não protagonista. Esta pretende ter o povo como o principal personagem, girando em torno dele a narrativa, com sua participação: ele não é só referido, mas é o protagonista, motor do processo do desenvolvimento brasileiro ao longo de sua História, que neste volume compreende a Colônia. Os autores não explicam a periodização empregada, que parece será a convencional, com volumes sobre a Colônia, o Império, a República Velha e Contemporâneo. Não é rigidamente convencional, no entanto, pois o presente volume termina com o período de Pombal, deixando as duas últimas décadas do século XVIII para o seguinte. Parece-nos que há sentido no critério adotado, pois a contar daí assiste-se à crise do sistema colonial, que se traduz em tentativas do administrador de recuperar o domínio americano, enquanto este se vê envolvido em lutas contínuas — as conjurações de 1789 a 1817 —, que culminam com o movimento de 1822. É razoável ligar o período ao Império, que a ruptura política

que então se verifica não tem profundidade e pode evidenciar o Estado nacional como herdeiro direto da ordem antiga, inclusive no que tem de obsoleto e anti-funcional.

O tom adotado pelos autores é o de divulgação, que a obra não pretende ser criativa. Trata-se, contudo, de divulgação em alto nível, que pode servir aos alunos dos cursos de segundo grau e mesmo aos universitários, dos cursos de História e Ciências Sociais. O conteúdo, pelo rigor da exposição e pela busca do sentido interpretativo, é bom para a maioria desses cursos, cujos professores muitas vezes não atingem a mesma riqueza informativa ou densidade de interpretação. Outro mérito é o estilo simples, a ausência de rebuscamento, com citações de grandes mestres que forneceria teorias e concepções para caracterizar a vida brasileira. O leitor já está um tanto farto de encontrar esses nomes, em geral em Introduções pretensiosas, quando se anuncia uma obra diferente em tal direção, sob o signo de novas idéias formadoras, quando depois o que aparece é a trivial narrativa já sabida. O contrário é que se dá aqui: não há os nomes de teorias ou mestres, mas sua real aplicação, que é o que importa. O resultado é obra em que notícia do que houve e interpretação do sucedido se conjugam, conferindo ao escrito peso maior que o comum na bibliografia historiográfica.

Outra recomendação do novo livro é seu caráter altamente didático, comprovado na linha expositiva, na divisão bem planejada em capítulos, nos subtítulos que apresentam, que facilitam a leitura e prendem o interessado. O mérito didático se confirma com o Quadro Cronológico, que abre o volume, relacionando sincronicamente o que se passa em Portugal, na América Latina e no mundo com a História do Brasil, que não fica solta, desligada do conjunto. Cada parte — são cinco — se abre com a Introdução, que procura captar o tema entrosado com a época, no que tem de marcante no panorama internacional e da América Latina. Outro destaque é a Indicação Bibliográfica, ao fim de cada parte, que fornece orientação ao aluno e sobretudo aos professores. Do ângulo didático, a obra é exemplar e muito recomendável.

As cinco unidades se harmonizam bem: 1. — O Brasil no Império colonial português; 2. — Os fundamentos da Colonização; 3. — Sob o domínio Habsburgo; 4. — A Restauração e a nova política colonial; 5. — O século do ouro, além do Complemento com as manifestações culturais do período. A matéria está dividida em 25 capítulos. A análise resulta de boa assimilação do que há de novo na bibliografia histórica brasileira: os autores são eruditos e devem ter lido quanto se publicou, aproveitando bem os textos. Supõe também bom domínio de Ciência Social, pela exatidão das colocações: os autores não fazem praça desse conhecimento, não apelam para as ciências que dão o instrumental para a interpretação: o importante e que as aplicam, sem alarde, quando o comum é o alarde sem a correspondente aplicação.

Como pontos altos, destacaríamos a Introdução da 1a. parte — “A superação dos limites europeus pelo comércio” —, em que matéria complexa é bem apreendida; o Cap. VII — “O negro, base da colonização” e o Cap. VIII — “A sociedade da Colônia, área açucareira” —, talvez o melhor de todos; o que se escreve sobre a sociedade mineira — Cap. XXIII — também é bom, mas não tem o mesmo rigor ou altitude. A presença popular está no capítulo sobre o negro, referido, ou no Cap. XIX — “Palmares, símbolo da liberdade” —, como ao longo de todo o texto. É boa e corajosa a desmistificação do bandeirante, que se vê no Cap. XIII. Há passagens felizes de retificação de conceitos comuns na historiografia, como a crítica à idéia de que a sociedade mineira é “democrática” (p. 255-6) ou o uso que se faz, a seu propósito, de “classe média” (p. 257-8).

Parece-nos que às vezes os autores se perdem em excesso de minúcias, com datas e nomes, análise de governadores, à maneira tradicional que combatem, exemplos, o excesso de datas da p. 66, sobre as primeiras expedições portuguesas ao Brasil; o Cap. X — “Política filipina no Brasil”, demasiado factual no item “A invasão de Pernambuco” (p. 170). Algumas partes deixam a desejar ou são passíveis de crítica: o Cap. III, sobre os índios, podia ser mais rico. Falta aí a análise que Mecenas Dourado faz em seu *A conversão dos gentios* do problema da catequese, na sua mais exata colocação. O item “A guerra dos emboabas” (p. 232-5) é fraco e pouco esclarecedor: se os autores tivessem usado a análise de Isaias Golgher no livro *A guerra dos emboabas* — que consta da bibliografia, mas não foi aproveitado — o assunto teria tratamento mais justo e incisivo. Desagrada-nos encontrar capítulo — o II — com o título “A descoberta do Brasil”: a nosso ver, não se deve falar em descoberta ou descobrimento, pois esta é a ótica do colonizador, não a nossa, brasileira, isenta de subordinação à Europa — o título é variante da ótica do colonizador a que os autores se referem, com justeza, à p. 143. Já é tempo de superar esse antigo vício dos historiadores, agora injustificável.

Por último, consigne-se que há na bibliografia alguns títulos com erros — 179 e 182 —, os nomes não são exatamente como se apresentam aqui ou a autoria não está correta (como de *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, que é de José Honório Rodrigues, sem colaboração de outro — p. 182). As obras citadas em pé de página nem sempre o são nos melhores textos: o *Diário de Navegação*, de Pero Lopes de Eousa, tem edição mais condigna que a Obelisco, que é referida (p. 89); pior é Antonil, muito citado, na mesma edição Obelisco, tão imperfeita, quando há várias outras, a melhor das quais é de Alice Canabrava, que devia ser usada; é injustificável citar a *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, de José João Teixeira Coelho, pela edição inglesa de Bradford Burns, que só dá oito páginas em sua antologia, quando a obra é um livro alentado e que aparece na íntegra na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (aliás consignada corretamente na Indica-

ção Bibliográfica da p. 287 — esta é que deve ser usada, não as breves páginas da antologia do norte-americano). Por último, lembre-se que há o uso para abono em pé de página de autores menores, que não são autoridades: para citar um só exemplo, inexplicável, a péssima obra *História do povo brasileiro*, de Jânio Quadros, a propósito da conquista do Ceará (p. 186), quando o livro e o autor não têm a mínima autoridade para abonar coisa nenhuma. Por fim, lembre-se que a linguagem é límpida, os deslizes de redação que escaparam não chegam a comprometer e podem ser debitados à tipografia.

Em síntese, *Brasil Colônia*, de Antônio Mendes Jr., Luiz Roncari e Ricardo Maranhão é obra que se recomenda pelo plano, pela concepção que a inspira, pelo rigor de composição e por algumas passagens muito felizes. Com a publicação dos três outros volumes a bibliografia didática brasileira estará enriquecida, com o possível uso pelos estudantes de estudo de nível superior aos correntes.

FRANCISCO IGLÉSIAS

* * *

WOLFF (Egon e Frieda). — *Judeus no Brasil Imperial: uma pesquisa nos Documentos e Noticiário Carioca da Época*. São Paulo. Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, 1975. Nº 1. 549 pp. Capa: Lúcio Gomes Machado, Supervisão Editorial: Jacó Guinsburg.

Não há dúvidas quanto à necessidade de uma organizada e planejada pesquisa científica sobre a história judaica no Brasil. Sabemos que ela está nos seus primórdios.

Neste campo, algumas tentativas valiosas, de reconhecimento internacional foram realizadas. Contudo, carece de maiores explicações o fato de que a história brasileira judaica está ainda à espera de um trabalho sistemático, em profundidade.

O campo para tal pesquisa é vasto e fértil, a perspectiva apaixonante ainda mais agora quando parece que a pedra fundamental impulsionadora nos foi dada na obra intitulada *Judeus no Brasil Imperial*.

Esta obra tem como meta o levantamento de fontes para o estudo dos judeus no Brasil Imperial. Ela apresenta um caráter inédito o qual pode ser apreendido nas próprias palavras do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula (1):

(1). — Na apresentação da obra.